



APONTAMENTOS E REFLEXÕES SOBRE VIOLÊNCIAS CONTRA MULHERES NEGRAS NO BRASIL

Maria Aparecida Estanislau¹, Vera Regina Rodrigues da Silva²

¹Mestranda do PPGA UFC-UNILAB, Fortaleza-CE. E-mail: estanislau10@gmail.com; ²Doutora em Antropologia, Professora Adjunta no Instituto de Humanidades da UNILAB, Redenção-CE. E-mail: vera.rodrigues@unilab.edu.br

Resumo: Este artigo visa tecer considerações sobre violências contra mulheres negras no Brasil, tendo sua escrita realizada no contexto pós-queda da presidenta de esquerda D. Rousseff (2016) e eleição (2018) de candidato de extrema direita, ultraconservador. Adicionalmente, tais reflexões se dão no momento de crise sanitária de pandemia pelo Sars-CoV-2 (MAR2020). Na presente reflexão usou-se o referencial teórico-metodológico interseccional de raça, gênero e classe social que possibilita identificar multideterminadas discriminações e violências. Os dados quantitativos utilizados foram os publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2017, 2021) os quais ensejam considerações fundamentadas na epistemologia do pensamento feminista negro. Explicitamos como a violência, quantitativamente mais dirigida às mulheres negras, tem raízes estruturais nas relações de dominação colonial, escravagista e racista, as quais persistem e se reatualizam na forma de feminicídios, situações trabalhistas análogas à escravidão, violência política a candidaturas ou mandatos/militância de mulheres negras.

Palavras-chave: Violência, Mulheres Negras, Interseccionalidade.

Introdução

A violência contra as mulheres negras na sociedade brasileira remonta à colonização e escravização, processo de opressão no qual, “o ser humano se tornou coisa, máquina produtiva, força da produção de riquezas e animal de reprodução”. Importante ressaltar que tal subjugação, no entanto, não se deu senão sob um forte aparato de violência em todas as formas possíveis, sendo a violência a forma estruturante da escravidão¹.

Certamente, a subjugação pela força não se deu sem reações e resistências desses povos que ainda no século XVI, já formavam quilombos, que eram territórios nos quais populações escravizadas resistiam de forma organizada contra a exploração².

As mulheres negras escravizadas, nessa coexistência de violências, exerciam diversos tipos de trabalhos em áreas rurais ou urbanas, em colheita, plantio café, algodão, etc, assim como tarefas

domésticas, geralmente submetidas às mais degradantes condições e de violência física e psicológica, pela exploração produtiva. Atualmente as estatísticas apontam que a violência contra as mulheres são significativas, com maior incidência contra as mulheres negras, com mais de uma categoria de opressão atuando conjuntamente, e de forma complexa e sistematizada, o que pode ser designado como interseccionalidade de opressões.

Material e Método

A interseccionalidade se apresenta para o feminismo negro como possibilidade teórica e metodológica de explicar as opressões que recaem sobre as mulheres negras a partir de multideterminadas discriminações e violências. “A interseccionalidade é, antes de tudo, uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais”³. Com estas possibilidades sensíveis de identificar o lugar de vulnerabilidade como



construção histórica e a posicionalidade política de oprimida a partir de estruturas racistas e sexistas, o movimento feminista negro entende que o racismo participa da formação da identidade da mulher negra. Desta forma, não se pode pensar em uma situação de violência somente considerando a sua condição como mulher ou seu pertencimento de classe social.

Em uma carta-denúncia demarca essa condição interseccional, ainda sem usar este termo, mostrando que as mulheres negras se constituíam no setor mais oprimido e explorado da sociedade brasileira porquanto sofrem os efeitos da inferiorização sexista mais do que as mulheres brancas, bem como as discriminações raciais no âmbito da falaciosa “democracia racial” brasileira². O pensamento interseccional apreende a complexidade da formação da identidade, excluindo uma visão universalista e segmentada. As experiências são vivenciadas a partir de um entrelaçamento psíquico e histórico do pessoal e do coletivo, no palco da consciência vivencial de discriminações fundadas em estereótipos e modelos universais referenciados na branquitude.

A branquitude acrítica é aquela condição política que naturaliza e reforça o lugar de privilégio, “age como quem diz: você que é ‘diferente’, leia-se não-branco, portanto, é justificável que você seja assassinado”⁴. Nessa perspectiva, pensar as violências contra as mulheres negras inclui necessariamente pensar a branquitude como espaço de produção e manutenção racista de privilégios brancos⁵.

O feminismo negro realiza pelo engajamento político e na produção de conhecimento decolonial a construção teórica que possibilita a leitura de tal

realidade. O feminismo negro é “construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas (...) tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero”⁶. Assim, considerando a interseccionalidade das opressões e violências contrárias às mulheres negras, é que precisamos observar os dados que demonstrem essa situação a partir da complexidade que a questão inspira.

Resultados e Discussão

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁷, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua Mensal ano 2019) indicam que 51,75% da população é constituída por mulheres sendo que 55,43% destas mulheres são negras e pardas. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública⁸, apontam que as maiores Vítimas de Mortes Violentas Intencionais são pessoas negras, sendo 78,9 % de mortes por intervenção policial e 75,8% de Homicídio Dolosos, comparativamente, atinge 20,9% e 23,8%, respectivamente, de pessoas brancas.

Essa situação nos anos 1980 indicava que “um dos mecanismos mais cruéis da situação do negro brasileiro na força de trabalho se concretiza na sistemática perseguição, opressão e violência policiais contra ele”². Mais especificamente no caso das mulheres, temos que as mulheres negras são as principais vítimas de mortes violentas intencionais e feminicídio, conforme dados de 2016-2020.

Os casos classificados como Demais Homicídios Feminino, 71% atingiram mulheres negras e 61,8% de Feminicídios foram de mulheres negras. A violência



contra as mulheres negras precisa ser nomeada, é uma violência racial⁶, que foi instituída, solidificada com a escravização e persiste como prática até os dias atuais, de forma sistemática, institucionalizada e em várias camadas das relações sociais, pessoais, políticas e institucionais, impactando nas condições de saúde (físicas e psíquicas) econômicas e sociais do desenvolvimento e da formação da identidade dessas mulheres.

Importante destacar como as mulheres em geral são vitimadas pelo machismo histórico e institucional que constitui a sociedade brasileira, sendo que “as mulheres negras e faveladas reúnem vários outros aspectos de interdição, dominação e restrição de direitos, frente às demais mulheres da cidade”⁹.

Atestando essa condição, os dados apontam a realidade de mais que o dobro de vitimadas em crimes fatais envolvendo mulheres são as mulheres negras, confirmando a vulnerabilidade maior desse grupo a serem alvo de ódio e violência física extrema. Dentre as violências contra as mulheres as Vítimas de Estupros e Estupros de vulnerável tem-se o percentual de 86,9% de mulheres como vítimas. Na publicação Visível e Invisível: A vitimização de mulheres no Brasil - 2017 (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 201710) os percentuais de crimes de estupro indicam que 92% das vítimas são mulheres e estão na faixa etária de 14 a 19 anos. Sendo que, ao considerar a raça das vítimas, 53% dos crimes de estupro na faixa etária de 14 a 19 anos são de pessoas negras.

Os dados evidenciam e nos faz confrontar com as diferenciações que continuam caracterizando a

existência social das mulheres negras no Brasil marcadamente violento e estigmatizado, no qual o viver se constitui sempre em uma emergência⁹. As vivências das mulheres negras no Brasil, no entanto, demonstram historicamente a capacidade de resistir, criar, reinventar, organizar, ressignificar as experiências a favor de suas sobrevivências e a de suas famílias.

Nesse sentido, é na lida cotidiana para cuidados, trabalhos, vivências familiares e comunitárias, que as mulheres negras vão produzindo ações que garantem a sobrevivência e a transmissão de saberes. A ação política se dá no cotidiano, no enfrentamento diário de negativas, sutilezas, atravessamentos, dificuldades, cansaços e assédios morais. O cotidiano das mulheres negras é permeado de olhares e de estranhamentos.

O tensionamento impulsiona ações cada vez mais enérgicas advindas do pacto da branquitude na tentativa de impedir o avanço do movimento e da ocupação das pessoas negras nos mais diversos espaços de poder e de interlocução¹¹.

Nessa perspectiva é que conclama para o engajamento feminino negro considerando que a abolição ainda não se fez por completo, está inacabada, as conquistas são significativas, porém ainda não garantem o acesso e reconhecimento igualitário e plural, necessários¹². A consciência política das mulheres negras em relação às condições históricas da formação do Brasil, na qual se constata a violência em geral e o racismo contra pessoas negras como algo naturalizado¹³, pode ser um fator de superação e construção de novas formas de relações.



Tal possibilidade é comentada que a consciência de ser negra passa pela experiência da violência, “mas é também e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades”¹⁴. A experiência reforça o cuidado comunitário, o fortalecimento de laços familiares, a formação e escolarização, bem como o incentivo à participação política, favorecendo novos sentidos à vida das mulheres vitimadas por violência¹⁵.

Considerações Finais

Problematizar as violências dirigidas às mulheres negras na perspectiva teórico-metodológica da interseccionalidade e da epistemologia do feminismo negro traz novos tensionamentos à questão, principalmente considerando o contexto de uma situação política de governo favorável ao racismo e machismo, e ainda em situação de pandemia pelo Sars-CoV-2.

Os dados estatísticos apontam percentual mais elevado de feminicídios, assassinatos em geral e estupros, dirigido às mulheres negras. Por essa razão a apropriação da dinâmica racista colonial é imprescindível para a consciência política e a desnaturalização da opressão racial que a leitura desses dados demonstra. Concluímos que racismo está na base de opressões, que atingem pessoas, de forma interseccional, por outras vias, como o sexismo e a classe socioeconômica.

As mulheres negras foram posicionadas historicamente, na sociedade brasileira, como sujeitas objetificadas e racializadas, em uma opressão

sexista e desumanizante. Além disso, a compreensão das violências contra as mulheres negras engloba a leitura da branquitude como espaço de produção e manutenção de privilégios brancos. Nessa perspectiva é que para fazer frente à cultura do racismo, se faz necessário o fortalecimento de uma mentalidade antirracista que confronte de forma sistemática, organizada e estratégica o racismo sistêmico e visceral da nossa sociedade, pois todas as formas de racismo são expressões de uma matriz ideológica de intolerância e de poder.

Entende-se a partir do apresentado que o engajamento político, a consciência histórica, a ligação ancestral e a insubmissão epistêmica podem favorecer lugares comunitários seguros para a vivência das diferentes possibilidades raciais, culturais e individuais.

Referências

1. Domingos LT. Desafios de construção dos saberes e conhecimentos africanos e afrodescendentes a partir das dinâmicas sócio-históricas. In *Desafios da presença de conhecimentos e saberes africanos e afrodescendentes/ Luis Tomás Domingos, Rosalva Maria Girão Pereira (Org.)*. Curitiba: Appris. 2019.
2. Gonzalez L. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios intervenção e diálogos*. Organização Flavia Rios, Márcia Lima. 1ª edição, Rio de Janeiro: Zahar. 2020.
3. Akotirene C. *O que é interseccionalidade. Feminismos Plurais - Coordenação Djamila Ribeiro*. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra. 2020.
4. Cardoso L. *Revista da ABPN*. 2014; 6(13):88-106.
5. Mattos G, Accioly I. *Tornar-se negra, tornar-se branca e os riscos do antirracismo de fachada no Brasil contemporâneo*. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*. 2021.
6. Carneiro S. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma*



perspectiva de gênero - Artigo foi apresentado no Seminário Internacional sobre Racismo, Xenofobia e Gênero, organizado por Lolapress em Durban, África do Sul, em 27 - 28 de agosto 2001. Publicado em espanhol na revista LOLA Press nº 16, novembro 2001.

7. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Out -dez. 2020. Publicado em 10/03/2021. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_4tri.pdf>. Acessado em 02 mai 2022.

8. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021.

9. Franco M. A emergência da vida para superar o anestesiamiento social frente à retirada de direitos: o momento pós-golpe pelo olhar de uma feminista, negra e favelada, p. 89-95. In *Tem saída? Ensaio crítico sobre o Brasil*. Editora Zouk - Casa da Mãe Joanna. Winnie Bueno, Joanna Burigo, Rosana Pinheiro-Machado, Esther Solano (org.). 2017.

10. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Visível e Invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. 2017.

11. Bento C. *O pacto da Branquitude*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2022.

12. Ribeiro M. *Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização* Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Movimentos Sociais - Nemos (PUC/SP). Florianópolis: Estudos Feministas. 2008; 16(3).

13. Almeida M. *Devir Quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas*. São Paulo: Elefante. 2022.

14. Souza NS. *Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.

15. Mendes MA. "Saindo do quarto escuro": violência doméstica e a luta comunitária de mulheres quilombolas e Conceição das Cioulas, p. 59-73. In *Dealdina, Selma dos Santos. Mulheres Quilombolas: Territórios de existências negras femininas*. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra. 2021.